

“Gesticulação nobre, sympathica e attitude digna”:

educação do corpo na formação de professoras (Escola Normal Modelo da Capital, Belo Horizonte, 1906-1930)

Andrea Moreno*

Verona Campos Segantini**

Gyna de Ávila Fernandes***

Luciano Jorge de Jesus****

Resumo:

Este trabalho enfoca a educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades e a constituição de uma *educação physica* na formação de professoras na Escola Normal Modelo da Capital, instituição criada em 1906, em Belo Horizonte. As fontes consultadas dão-nos indícios tanto do processo de constituição de disciplinas voltadas à educação do corpo e das sensibilidades (*gymnastica*, educação das sensibilidades e dos sentidos, *trabalhos manuaes*, canto etc.) como da maneira que vão se institucionalizando tempos, espaços e práticas com esse fim, revelando também sujeitos envolvidos com esta constituição.

Palavras-chave:

educação do corpo; sensibilidade; formação de professores.

-
- * Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE) e membro do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF).
- ** Professora assistente da Faculdade de Belas Artes da UFMG, mestre em educação pela UFMG, doutoranda em educação na UFMG.
- *** Professora da rede municipal de Belo Horizonte e mestranda em educação da UFMG.
- **** Graduação em educação física pela UFMG.

***“Noble gesture, lovable
and worthy attitudes”:***
**body education in the teachers training
(the Model Normal School of the
Capital, Belo Horizonte, 1906-1930)**

Andrea Moreno
Verona Campos Segantini
Gyna de Ávila Fernandes
Luciano Jorge de Jesus

Abstract:

This article aims to focus on bodies, senses and sensibilities education and on the establishment of a physical education on teachers training at the Escola Normal Modelo da Capital (Model Normal School of the Capital), institution founded in 1906 in Belo Horizonte, Minas Gerais State. The analyzed sources give us evidences as much about the constitution processes of the disciplines related to body and sensibilities education (gymnastics, senses and sensibilities, manual working, singing etc.) and as about how the times, spaces and practices were institutionalized to this end, revealing the subjects involved in that constitution.

Keywords:

body education; sensibility; teacher's formation.

Apresentação

Este trabalho¹ enfoca a *educação física*, a educação do corpo, dos sentidos e das sensibilidades² na formação de professoras na Escola Normal Modelo da Capital, instituição criada em 1906, em Belo Horizonte. Esta perspectiva de educação, que passa pela dimensão corporal, pode ser compreendida nessa instituição a partir de dois movimentos, que se completam: por um lado, diz respeito aos saberes e práticas necessários à formação das futuras professoras com fins de “aplicação”; por outro, diz respeito à necessidade de conformar uma corporeidade e uma sensibilidade adequada a estas como sujeitos (femininos, delicados, comportados).

Ao enfocarmos a educação do corpo, estamos nos referindo a uma dimensão educativa que passa pela corporeidade, pelos múltiplos sentidos humanos, e que acaba por constituir uma sensibilidade específica. Tal educação, portanto, não se restringe a um componente escolar particular nem a uma prática necessariamente expressa em “movimento” corporal. O corpo é educado a partir de uma experiência sensorial que passa pelas

-
- 1 O presente texto resulta do programa de pesquisa desenvolvido, desde 2006, intitulado *A educação do corpo nos espaços de sociabilidade do urbano: investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930)*. Em síntese, buscou-se com este programa compreender como, na cidade pensada, nascida e produzida como vitrine da República, pretendeu-se conformar um processo educacional sobre o corpo. A abrangência do projeto desenvolvido permitiu caracterizá-lo como um programa de pesquisa, realizado no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE) – da Faculdade de Educação – e do Centro de Memória da Educação Física, do Esporte e do Lazer (CEMEF) – da Escola de Educação Física –, ambos da UFMG. Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).
 - 2 Os termos *educação física*, educação do corpo, educação das sensibilidades e educação dos sentidos serão utilizados ao longo deste texto de forma ampla, a indicar que existe um processo educativo que passa pelo corpo e pelos sentidos humanos. Ainda que tenhamos a percepção de que as fronteiras entre o significado dessas expressões sejam tênues e mesmo se plasmem, optamos por fazer um exercício de empregar tais expressões, deixando que as fontes nos indiquem caminhos de compreensão.

múltiplas linguagens: olhar, escutar, tocar, falar, cheirar e se movimentar³. As múltiplas práticas escolares – o canto, o jogo, os trabalhos manuais, as leituras – instauram uma relação sensível dos alunos com sua corporeidade. De outro modo, possuem uma dimensão sensorial, carregam uma “carga corporal”. Referindo-se à narrativa oral, Fontana (2001, p. 49), citando Meneses, diz: “a voz emana de um corpo, é um sopro, pneuma, que atravessa os labirintos dos órgãos da fala carregando calor, a pulsação, o hálito desse corpo”. Nessas práticas o corpo é projetado no “espaço da performance”, torna-se visível, palpável e sentido.

Também ao nos referirmos ao termo *educação physica*, ressaltamos que, no período estudado, este não está vinculado necessariamente a um componente curricular específico. Nas palavras de Vago (1997, p. 35):

[...] ele aparece como integrante de uma tríade – educação moral, physica e intellectual. O sentido parece ser bem mais amplo: o de uma educação do corpo articulada aos preceitos morais e aos valores intelectuais que se pretendia impor aos futuros professores e professoras das escolas primárias.

A criação da Escola Normal Modelo da Capital foi prevista na lei n. 439, de 28 de setembro de 1906, que autorizava o governo do estado de Minas Gerais a reformar o ensino primário e normal do estado, “de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica”. Essa lei indicava que o ensino normal deveria ser ministrado em uma Escola Normal Modelo situada na capital Belo Horizonte e nas escolas normais regionais, devendo o governo criar, quando julgasse oportuno, essa instituição. Seria objetivo das escolas normais “formar bons professores”, organizando-se de forma que os alunos adquirissem “qualidades pedagógicas indispensáveis” para o magistério público⁴.

3 Relevamos o estudo das sensibilidades no processo educativo porque não se pode desprezar essa maneira de se apropriar do mundo, e também por acreditarmos que compreender as maneiras como homens e mulheres desenvolveram sensibilidades em um outro tempo deve ser uma preocupação do historiador mobilizado pelas questões culturais.

4 Artigo 15: “O ensino normal do Estado será ministrado em: I. Escola normal-modelo na Capital. II. Escola normaes regionaes”. Artigo 16: “As escolas normaes, cujo

As fontes consultadas dão-nos indícios tanto do processo de constituição de disciplinas que, de alguma maneira, vão impactar o corpo (*gymnastica*, educação das sensibilidades e dos sentidos, *trabalhos manuais*, canto etc.), quanto da maneira como vão se institucionalizando tempos, espaços e práticas com esse fim, revelando também sujeitos envolvidos com esta constituição.

Encontrar essas fontes significou ir constituindo uma trama, elucidando o que constava no art. 22 da referida lei, o qual dizia:

para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da educação popular sobre o tríplice aspecto physico, intellectual e moral, o governo empregará os meios possíveis para serem as escolas installadas em edificios apropriados e providas de livros didacticos, mobília e todo o material de ensino prático e intuitivo.

Dessa prescrição o que redundou em práticas que impactaram o corpo e as sensibilidades? Em síntese, buscamos compreender como se conformou um processo educacional sobre e para o corpo, perspectivando uma nova sensibilidade, desenvolvendo práticas próprias, a partir de diferentes saberes. Especificamente, como isso aconteceu no âmbito de uma instituição voltada para a formação de professores para o ensino primário⁵.

A cidade e a escola: questões para a pesquisa

O período definido para a pesquisa vai de 1906 a 1930, tendo como marco o início e a transformação⁶ dessa instituição. O período também faz referência aos primeiros anos da cidade de Belo Horizonte, tempo

fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alumnos adquiram as qualidades pedagógicas indispensáveis aos que se destinam ao magistério publico” (MINAS GERAIS, 1906).

- 5 Sabemos que esse processo acabou apontando a necessidade da formação de um profissional voltado para esse fim. Entretanto, nos limites deste trabalho, não vamos abordar essa questão.
- 6 Apesar da hipótese inicial de que o ano de 1930 marcava a alteração da Escola Normal, ao longo da pesquisa, as fontes indicaram que no ano de 1946 promulgou-se o decreto-lei n. 1.666, de 28 de janeiro de 1946, o qual transformava a Escola Normal

em que a capital é palco de profundas transformações do espaço físico e social que constituirão o urbano. Nesse processo, fazia-se necessário “esquecer” um passado colonialista, (des)construir os espaços físicos e arquitetônicos e os corpos que neles habitarão. É, portanto, nesse contexto que faz sentido pensar numa educação do corpo, um corpo que precisa portar novas sensibilidades⁷. Os movimentos de reordenação da cidade vão dialogar explicitamente e subliminarmente com o projeto de educação do corpo na escola. Inspirados em Faria Filho (2005), reconhecemos que as reformas urbanas e as propostas de reformulação do ensino compartilham de uma mesma concepção racionalizadora e civilizatória. É possível percebê-lo no aparato legal que trata de organizar e regular a vida na cidade. No que se refere às práticas corporais há um claro intento de estimular novos hábitos e atitudes, bem como a criação de espaços que propiciassem um investimento no corpo. No código de postura da cidade de Minas, promulgado ainda nos primeiros anos da cidade, aparece, entre outras prescrições, que “os collegios, hospitaes e asylos terão, além disso, installações e aparelhos gymnasticos e pateo arborizado ou jardim para uso de seus moradores”⁸.

Estamos partindo da consideração de que a constituição de uma nova cultura urbana passa a exigir uma “nova” educação do corpo – novas sensibilidades, novos gestos, novas atitudes, novas subjetividades etc. Nesse processo de criação do urbano, novos espaços – físicos e afetivos – de sociabilidade estabelecem-se e a Escola Normal Modelo da Capital é mais uma instituição que se ergue nessa perspectiva.

Sabemos que tanto o espaço escolar como os saberes e práticas nele difundidos são fundamentais para uma educação do corpo e dos sentidos. O projeto civilizador, que abarca não só os corpos “escolarizáveis”, investe na constituição de um novo/outro sujeito adequado ao *modus vivendi* da

de Belo Horizonte em Instituto de Educação de Minas Gerais. Nossa investigação deteve-se ao ano de 1930, embora tenhamos catalogado fontes até 1935.

7 Esse tema, especificamente, da educação do corpo na cidade foi desenvolvido em: Moreno e Segantini (2007; 2008).

8 Minas Gerais, decreto n. 11.211, de 31 de outubro de 1898: promulga as posturas da cidade de Minas.

cidade, fundando-lhes novas sensibilidades. Nesse caso, os sujeitos escolares são também, e antes de tudo, sujeitos habitantes da cidade.

Veiga (2000) instiga-nos a pensar nos diferentes dispositivos (físicos e afetivos) mobilizados, tanto no âmbito da cidade quanto no espaço escolar, a fim de promover uma educação estética, corporal e sensível dos sujeitos, na empreitada de homogeneizar e modelar comportamentos próprios de uma outra cultura urbana. No caso de Belo Horizonte, percebe-se que o processo de construção do espaço físico da nova capital dialoga fortemente com o processo de constituição de uma Escola “Modelo”. Vale lembrar que essa instituição – e aí reside parte da importância deste estudo – vai, ao longo de sua existência, “exportando” saberes e maneiras de fazer para várias outras escolas do estado⁹. Se a legislação já aponta explicitamente para este movimento, também é possível perceber que as práticas que a escola institui acabam servindo de inspiração e recomendação não só para instituições de Minas Gerais como para outros estados. Em 2 de novembro de 1920, a folha carioca *O Jornal*, ao se referir às sessões de cinema na Escola Normal Modelo da Capital, assim discorre: “Tivemos notícia de uma prática que está sendo seguida em Minas, com real proveito para a instrução, e que seria facilímo realizar-se aqui. Facilímo e utilíssimo para a grande multidão infantil das nossas escolas públicas e para as próprias professoras” (O JORNAL..., 1920, p. 4).

Nesse sentido, buscando entender como a Escola Normal Modelo da Capital vai se configurando como espaço privilegiado para a educação dos corpos e das sensibilidades, necessário se faz perguntar: que estratégias foram produzidas para educar o corpo e os sentidos necessários a uma nova *forma escolar* (VINCENT; LAHIRE; THIN, 2001)? Como essa instituição deu visibilidade a estas estratégias? Partindo da ideia

9 Conforme a lei n. 463, de 12 de setembro de 1907, que previa, entre outras coisas, que as escolas normais do estado deveriam adotar o programa da Escola Normal da Capital. No decreto n. 2.836, publicado no *Jornal Minas Geraes*, n. 129, de 3 de junho de 1910, que “aprova o regulamento que reorganiza as escolas normaes do Estado”, também revela essa característica da instituição. “Art. 1 paragrapho único. A escola da Capital será modelo para todas as outras, devendo estas adoptar e seguir rigorosamente a organização, as normas de administração, os processos e programmas alli estabelecidos”.

de que esta dimensão da educação é um fator importante para o novo reordenamento social que estava a ser construído, urge investigar as formas como esse entendimento é apresentado e captado pelos diferentes sujeitos sociais. Quais as práticas sociais e discursivas produzidas no período, nessa instituição, que perspectivarão uma deliberada educação das sensibilidades?

Para tal, faz-se necessário compreender os sujeitos e agentes escolares envolvidos em tais práticas e seu lugar na cultura. De que forma os discursos e as práticas sobre a educação do corpo produziram sentidos e construíram condições de inserção dos sujeitos?

Regulamentando saberes, tempos e espaços: a educação das sensibilidades na Escola Normal

Nos arquivos foi possível identificar um diversificado conjunto documental composto por: programas escolares relativos à Escola Normal Modelo da Capital, leis e decretos referentes ao ensino no estado de Minas Gerais, relatórios da Secretaria do Interior, notas fiscais, correspondências, iconografia da história da instituição, a *Revista do Ensino* e o *Jornal Minas Gerais*. Interrogando esses documentos, foi possível perceber vestígios de um vigoroso investimento para a incorporação de saberes e práticas que tinham como preocupação a educação do corpo e das sensibilidades. Tal iniciativa revela-se, por exemplo, em diferentes estratégias, que incluem: construção de espaços específicos para as práticas corporais¹⁰, aquisição de material didático – livros e outros – para fundamentar as práticas docentes¹¹, constituição de um aparato

10 Encontramos no Arquivo Público Mineiro notas fiscais referentes à construção do galpão de *gymnastica* na Escola Normal, como revela a correspondência: “Junto com a última folha de despesas feitas com a construção de um galpão para *gymnastica* na Escola Normal da Capital, no valor de \$ 4:549 x 846 [?], cujo pagamento pode ser feito ao mestre de obras Manoel Gomes”. Belo Horizonte, 6-12-1910. Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro, REF: SI 3322.

11 Encontramos no Arquivo Público Mineiro um conjunto de correspondência e notas fiscais trocadas entre a Secretaria do Interior e estabelecimentos comerciais, como

legal que normatizava tempos, espaços e saberes específicos para tal prática, criação de programas escolares que regulavam e conformavam um conjunto de práticas para uma *educação physica*¹².

Dessa forma, foi possível estabelecer algumas questões norteadoras iniciais para a investigação: (1) como a educação do corpo e das sensibilidades aparece no aparato legal, referente à organização das escolas normais em Minas Gerais?; (2) como a educação do corpo aparece nos regimentos e programas específicos da Escola Normal Modelo da Capital?; (3) quais esforços e investimentos são mobilizados na construção de espaços destinados às práticas corporais?; (4) de que forma a educação do corpo e das sensibilidades está presente em outros espaços de sociabilidade da instituição?; (5) quais sujeitos estiveram envolvidos nas práticas de educação do corpo?; (6) como a educação das sensibilidades está configurada na escola de forma a conformar corpos e gestos de professoras-mulheres-femininas?¹³.

Garimpendo a legislação produzida pelo governo de Minas Gerais, foi possível identificar um conjunto de regulamentações (leis e decretos) relativo à normatização do ensino normal no estado e, em particular, na Escola Normal Modelo da Capital. Percorrendo essas regulamentações,

a livraria Francisco Alves, que dão pistas dos livros encomendados pela Secretaria com o fim de serem distribuídos às escolas da capital. Dentre esses, estão livros de ginástica sueca e de *exercices physiques* de diversos autores: Kumlien, Charpentier, Hoelpi, Marque Brecque, Rouyer, Desbonnet. Fundo da Secretaria do Interior do Arquivo Público Mineiro, REF: SI 3840.

- 12 André Chervel (1990) também ressalta o *corpus* documental que deve ser analisado por um historiador preocupado com a questão da finalidade das disciplinas escolares. Primeiramente, este deve se servir dos documentos oficiais, das prescrições legais, dos discursos e programas oficiais. Deve-se também manter o cuidado para não reduzir a história das disciplinas ao estudo das ideias pedagógicas, tomando a legislação e as prescrições escolares como a “realidade” da escola. Há também que se distinguir as finalidades reais e as finalidades de objetivos, já que muitas das regulamentações oficiais querem, primeiramente, corrigir ou proibir determinadas práticas.
- 13 No âmbito deste trabalho não nos propusemos a responder a todas estas questões. Entretanto, surgidas no trato com as fontes elas são guias do programa de pesquisa. Nesta narrativa, buscamos tocar em todas elas, embora algumas tenham sido mais aprofundadas e outras mereçam ainda maior reflexão.

é possível perceber diversificados dispositivos que, pouco a pouco, vão conformando um campo dirigido à educação escolar dos corpos e dos sentidos e que contribuiu para a compreensão do que é “ser professora”.

Esse movimento não se iniciou com a Escola Normal Modelo da Capital. Já no início do período republicano, e mesmo antes¹⁴, a legislação deixa ver iniciativas dessa preocupação. Disciplinas com claro teor de educação das sensibilidades e do corpo como: *hygiene escolar, instrução moral e cívica, musica e gymnastica, trabalhos de agulha e noções de economia doméstica* já apareciam como necessárias à “*instrução theorica e prática*” dos alunos e alunas das escolas normais em funcionamento no estado¹⁵. Além dessas, ainda outras disciplinas vão subliminarmente incidir sobre os gestos, colaborando na constituição, pouco a pouco, de uma corporeidade escolar¹⁶.

Ressaltamos, também, que o estudo da legislação sobre a formação de professores nas escolas normais guarda relação com a legislação destinada ao ensino primário, já que é nesse lugar que as professoras, no exercício profissional, vão atuar. Nesse âmbito, também é possível perceber qual o saber necessário às professoras para o pleno exercício da docência. No regimento interno da Escola Normal¹⁷, regulamentava-se a “prática profissional” que deveria ser realizada pelas normalistas nos grupos escolares e nas escolas isoladas. “As licções alli ministradas aos alumnos primários deverão ser previamente desenvolvidas pelos professores nas aulas da escola, de modo a ficarem as alumnas, encarregadas das mesmas, sabedoras dos methodos e dos processos a adoptarem...” (art. 2). Estas,

14 Vago (1997) aponta a presença nos programas das escolas normais de Minas Gerais já uma preocupação explícita com a *educação physica*, no regulamento n. 100 de 19 de junho de 1883.

15 “Dá nova organização à instrução pública do Estado de Minas; Minas Gerais”. Decreto n. 607, de 27 de fevereiro de 1893: “Promulga o regulamento das Escolas Normaes; Minas Gerais”. Lei n. 221, de 14 de setembro de 1897: “Contém disposições relativas à instrução publica e primaria e secundaria; Minas Gerais”. Decreto n. 1.175, de 29 de agosto de 1898: “Promulga o regulamento das Escolas Normaes”.

16 É o caso, por exemplo, da disciplina caligrafia. Ver mais sobre o tema em Faria Filho (1998).

17 Minas Gerais, decreto n. 1.982, de 18 de fevereiro de 1907: “Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital”.

portanto, deveriam programar suas aulas, com o auxílio dos professores de cada cadeira e deveriam ser habilitadas para a execução do programa do ensino primário. O programa para as normalistas deixa revelar, portanto, a necessidade de apropriação de saberes e práticas que serão exigidos na prática profissional¹⁸.

A historiografia¹⁹ da educação aponta a Reforma de 1906 como um marco considerável de afirmação da escola. Passando da construção de prédios à concepção de educação, as regulamentações para a instrução primária e normal de 1906²⁰ traziam em seu bojo a perspectiva de transformar crianças em sujeitos civilizados. Além disso, deixam clara a intenção de “aperfeiçoamento dos sentidos humanos”, evidenciada em múltiplas prescrições, sejam elas de trabalhos manuais ou de *exercícios físicos*.

O estudo das disciplinas escolares também permite pensar sobre as finalidades da escola. Para Chervel, diferentes setores da sociedade delegam à escola determinadas tarefas, próprias de uma determinada época. Tais finalidades podem ser de natureza religiosa, moral, socio-política ou cultural, além de finalidades mais sutis como de socialização do indivíduo, de disciplina social, de higiene ou de incorporação de comportamentos adequados ou polidos (CHERVEL, 1990). A partir desses objetivos da instituição escolar, também é possível pensar na distinção entre o “educar” e o “instruir”, considerando-se que a educação não se reduz aos conteúdos

18 Na regulamentação também é nítido o esforço com a educação do corpo e das sensibilidades desde a infância. Devemos ponderar que a presença dessa preocupação não se dá de maneira linear, mas repleta de contradições, lacunas, avanços e recuos, revelando um processo de constituição dessas práticas e saberes. É o que denuncia, por exemplo, o decreto n. 1.233, de 26 de dezembro de 1898, suspendendo o ensino da *gymnastica* e da música nas escolas normais, dispensando os professores dessas cadeiras.

19 Ver: Faria Filho (1996), Vago (2002), Gonçalves (2006).

20 Minas Gerais, decreto n. 1.908, de 28 de maio de 1906: “Estabelece a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro annos do curso e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normaes; Minas Gerais”. Lei n. 439, de 28 de setembro de 1906: “Auctoriza o governo a reformar o ensino primário, normal e superior do Estado e dá outras providências; Minas Gerais”. Decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906. “Approva o programma do ensino primario; Minas Gerais”. Decreto n. 1.960, de 16 de dezembro de 1906. “Approva o Regulamento da instrução primaria e normal do Estado”.

explícitos e programados. Nos programas de determinadas disciplinas é possível perceber uma preocupação tanto no que se refere aos conteúdos objetivos da disciplina, como também à preocupação com conteúdos subjetivos. As expressões: “inspirar o amor ao bello”, “gosto pela arte”, “educação da retina”, “admiração pela natureza”, “elevação do espírito”, “educar a vontade”, que aparecem nos programas e em diversos artigos do *Jornal Minas Gerais*, são reveladoras dessa questão.

Ainda são instigantes as regulamentações trazidas pelo decreto²¹ que estabelece as matérias para o ensino normal, que junto à cadeira de pedagogia prevê as temáticas “da educação dos sentidos” e “da educação das sensibilidades”. No decreto que regulamenta o programa do ensino primário (1906)²², local onde as futuras professoras iriam atuar, a cadeira de instrução moral e cívica destinava-se a “dirigir a conducta do menino, a inspirar-lhes bons hábitos”. A *hygiene* e os *exercícios physicos* também apareciam de maneira a contribuir para o aperfeiçoamento e cultivo do corpo.

Acresce que é nesse conjunto de reformas que a Escola Normal Modelo da Capital será criada, devendo servir de inspiração às demais escolas normais do estado. Ainda, é significativa a publicação de um regulamento que aprova o regimento interno da Escola Normal da Capital em 1907²³. É interessante observar o programa do primeiro ano letivo. Percebemos a predominância de disciplinas que vão, fortemente, incidir sobre a educação dos corpos e dos sentidos: desenho, música, costura e trabalho de agulhas. Essas disciplinas ocupavam quase todo o tempo das aulas ministradas, já que eram previstas duas aulas semanais para cada uma dessas e apenas

21 Minas Gerais, decreto n. 1.908, de 28 de maio de 1906: “Estabelece a distribuição das matérias do ensino normal pelos quatro annos do curso e uniformiza os programas do mesmo em todas as escolas normaes”. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1906.

22 Minas Gerais, decreto n. 1.947, de 30 de setembro de 1906: “Approva o Programma do ensino primário”. Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1906.

23 Minas Gerais, decreto n. 1.982, de 18 de fevereiro de 1907. “Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital”, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907.

uma aula semanal para o português e a aritmética. No segundo e terceiro ano de curso, outras disciplinas serão ministradas – voltadas à formação moral e intelectual – e, apesar da diminuição da carga horária do desenho, música e costura, estas continuam aparecendo. Destacamos também a incorporação no programa da disciplina *história natural e hygiene*.

O ensino de música, além de educar a voz e fortalecer os pulmões, tinha como objetivo despertar nas alunas uma certa sensibilidade: “A musica fará em todos os annos exercicios de solfejo, canto e audição de hymnos e peças variadas que eduquem a voz, fortalecendo os pulmões, e cuja letra levante o espírito e desperte nas alumnas o gosto pela arte e inspire amor ao bello, ao trabalho, à pátria e admiração pela natureza”²⁴.

A presença da música na escola, sob a forma do canto, pode ser compreendida como um procedimento civilizador, tanto pelo seu caráter estético, quanto pelo conteúdo moral das letras. Corresponderia também às expectativas da higiene, com exercícios respiratórios e fortalecimento dos pulmões. O canto coletivo, empregado nas escolas a partir do final do século XIX, também favorecia o fortalecimento de sentimento de solidariedade. Dessa forma, a música na escola conseguia atrelar a formação moral a uma educação estética, dos sentidos e das sensibilidades (OLIVEIRA, 2008).

O ensino de costura habilitava-as para o ensino às crianças, mas principalmente era visto como um “verdadeiro thesouro para a mulher que não descuida de seus deveres domésticos”²⁵. No cruzamento das fontes é possível perceber todo um investimento para que essas prescrições se

24 Minas Gerais, decreto n. 1.982, de 18 de fevereiro de 1907: “Approva o Regimento da Escola Normal da Capital”, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907, art. 4, parágrafo 1. Essa mesma prescrição para o ensino da música foi encontrada no decreto n. 2.836 que “Approva o regulamento que reorganiza as escolas normaes do Estado”, publicado no *Jornal Minas Geraes*, n. 129, de 3 de junho de 1910. Mais uma vez destacamos como o programa e o regulamento da Escola Normal da capital servem de inspiração às outras instituições do estado.

25 Decreto n. 1.982, de 18 de fevereiro de 1907, “Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital”, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907, art. 4, parágrafo 3.

tornem “práticas”. As notas fiscais²⁶ de compras de materiais, tais como fitas, linhas, *setins*, filós, agulhas de crochê etc., recorrentes na documentação encontrada, revelam tal intento.

Os programas de ensino, produzidos a cada ano pela Escola Normal e enviados para as demais escolas do estado, também nos fornecem indícios de como o investimento na educação do corpo e das sensibilidades aparecem na organização dos tempos, espaços e saberes escolares. Não só porque demonstram detalhadamente o conteúdo programático de cada matéria e especificam os anos em que deveriam ser ministrados, mas porque, além disso, deixam explícitas as intenções com que esses saberes deveriam ser veiculados. É o caso, por exemplo, da cadeira de música ministrada pela professora Branca de Carvalho Vasconcellos²⁷:

Nos exercícios de solfejos e nos cantos, a professora terá muito em vista a emissão da voz e a respiração; a qualidade do som depende da maneira de emitil-o e, quanto à respiração, é esta de importância capital tanto para o canto como para a hygiene. Deverá também habituar as alumnas a compenetrar-se bem dos sentidos das palavras e phrases, articular e pronunciar correctamente. Por meio dessa pratica o estudo da musica ligar-se a intimamente ao da linguagem²⁸.

Além dessa, na cadeira de *physica*, química, história natural e *hygiene* é perceptível uma determinada compreensão de cuidado com o corpo. A matéria de *hygiene*, sendo ministrada no terceiro ano, pela sua “complexidade” deveria ensinar:

26 Notas Fiscais localizadas no Fundo da Secretaria do Interior localizado no Arquivo Público Mineiro sob o código REF: SI 3322 e datadas dos anos de 1910 e 1926.

27 Uma das propostas desta pesquisa é identificar alguns sujeitos envolvidos com práticas e saberes relacionados à educação do corpo. A trajetória dessa professora pode contribuir para esse debate, e outras fontes estão sendo localizadas que ajudam a compor sua presença em diferentes iniciativas. Destacamos sua participação na organização de um curso de canto para as professoras dos grupos escolares “que pudesse servir de orientação de uso prático e benéfico do Hymnário e do Cancioneiro”. O ensino do canto em nossas escolas. Minas Gerais, 19 de fevereiro de 1926, p. 6.

28 Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911, Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

Hygiene das habitações – O ar confinado e seus perigos – Renovamento do ar e ventilação – Hygiene das escolas – As salas de aula.

Hygiene individual – o asseio corporal e os banhos – os exercicios corporaes – a gymnastica e a sua utilização – o repouso e o somno.

Hygiene da alimentação – As matérias alimenticias e sua falsificação – As bebidas alcoólicas – Acção do álcool sobre o organismo – As moléstias contagiosas em geral²⁹.

Em relação à cadeira de *gymnastica* ministrada pela professora Aurélia Olintho, fica claro o modo como o corpo deve ser exercitado – a necessidade de um corpo (re)formado, ereto, cuidado:

É a primeira vez que faz parte do curso normal a cadeira de Gymnastica, e as alumnas do 2º e 3º annos não tem ainda exercicio desta disciplina.

Na pratica diária, os três annos do curso executarão movimentos de tronco, respiração e extensão e distensão de músculos, constando cada lição de exercicios combinados, um de cada serie, progressivamente de accordo com o desenvolvimento das alumnas³⁰.

Além das disciplinas escolares, é possível perceber em outras práticas a preocupação com os investimentos no corpo e a visibilidade que este ganha. É o caso, por exemplo, das festas escolares: atividades como cantos individuais e coletivos, recitais de poesias, jogos infantis, práticas de esporte foram práticas muito encontradas nos programas das festas³¹.

29 Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911, Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

30 Programmas da Escola Normal de Bello Horizonte para o anno lectivo de 1911, aprovados pela Congregação, em 25 de fevereiro de 1911, Belo Horizonte, Imprensa Official do Estado de Minas Gerais.

31 No *Jornal Minas Gerais* são recorrentes as notícias sobre tais festas na instituição. Como exemplo, no exemplar de 16 de novembro de 1917, está publicado um programa completo da festa de encerramento das aulas, no qual constam: jogos infantis, jogos atléticos, monólogos e cantos.

De menina a aluna, de aluna a professora

Faria Filho (1996) ressaltou a transformação de crianças em alunos no processo de escolarização em Minas Gerais. Nessa perspectiva, é possível identificar o mesmo movimento em relação à escolarização voltada à formação de professoras. Ainda meninas, com aproximadamente 14 anos, ao ingressarem na Escola Normal passam a ser vistas como alunas que precisam incorporar ideias e atitudes condizentes com a forma escolar, deixando de lado, muitas vezes, hábitos desenvolvidos em outros espaços de sociabilidade que lhes eram próprios, mas também aprender todo um modo de ser professora. Como ressaltado anteriormente, a educação do corpo e das sensibilidades, na Escola Normal Modelo da Capital, diz tanto sobre os saberes e práticas necessários à formação das futuras professoras como sobre a necessidade de conformar uma corporeidade adequada a estas como sujeitos.

Tais movimentos podem ser percebidos, por exemplo, por meio das “aulas práticas” realizadas pelas futuras professoras no Grupo Escolar Anexo³², do qual constam relatórios, planejamentos, programas de ensino, que dão a ver a apropriação de um determinado saber na formação. O estudo das regulamentações também revela determinados paradoxos entre a formação de professores e os saberes exigidos na atuação docente nas escolas primárias. A *gymnastica*, por exemplo, que com a Reforma de 1906 amplia sua presença nas escolas primárias, não vai aparecer de imediato no currículo das escolas normais³³.

É perceptível, em determinados rituais e práticas, a preocupação em modelar comportamentos próprios de um “ser professora”, sempre a lembrar que as alunas da Escola Normal eram moças de “boas famílias” de Belo Horizonte. Preocupações com o uniforme, que deveria ser “higiênico e econômico”, preocupações com o “mal proceder” e com as atitudes imorais aparecem recorrentemente nas fontes consultadas.

32 O decreto 1.960, de 16 de dezembro de 1906, que cria a Escola Normal Modelo da Capital, cria também o Grupo Escolar Anexo, que deveria ser tomado como modelo para a criação de outros grupos escolares no território mineiro (VAGO, 1997).

33 Ver: Vago (1997, p. 43).

Didaticamente, a professora deveria se preocupar ainda com o “calor de sua voz”, com sua “gesticulação nobre, sympathica e attitudo digna” e mostrar ter “vista e ouvido”. Importante ressaltar que toda essa educação deveria já ser desenvolvida aos 14 anos, idade em que as moças estariam aptas a ingressar no ensino normal. A vigilância sobre sua conduta percorria toda a trajetória das alunas na Escola Normal, uma vez que sua matrícula poderia não ser aceita ou renovada a cada ano, se a direção da Escola “por informações fidedignas, souber que a candidata não possui os requisitos moraes necessários ou soffre molestia contagiosa”³⁴.

Apesar de prescrições, essas regulamentações revelam o esforço de aprimoramento dos sentidos, de implantação de novos comportamentos, produzindo e “refinando” sensibilidades de alunas-futuras-professoras. Como nos lembra Vago (1997, p. 33), “a legislação do ensino é tida como uma prática sociocultural de importância vital para conformar o campo escolar e as práticas educativas daquele período”.

Entretanto, se o estudo dos conteúdos prescritos nas diferentes disciplinas escolares é importante para o objeto que nos propomos a investigar, estamos cientes de que devemos também analisar as etapas de seus enraizamentos, as metodologias de ensino, as alterações e as permanências ao longo de sua constituição, assim como as finalidades que guiam seu exercício. Sabe-se que as transformações e a constituição de uma disciplina guardam relação com os objetivos propostos para a instrução e a educação de crianças e jovens, em diferentes momentos históricos.

Dessa forma, o objeto obrigou-nos a considerar as singularidades de diferentes práticas educativas que acabaram incidindo no corpo e nas sensibilidades. Há, nas diferentes práticas dessa instituição, vestígios dessa preocupação, que tomam forma em diversificados tempos e espaços, ao longo da formação das professoras: seja nas cadeiras especificamente destinadas para tal fim, como a *gymnastica*, os *exercícios calistênicos*, a *educação dos sentidos* e a *educação das sensibilidades*, seja em outras

34 Decreto n. 1.982, de 18 de fevereiro de 1907: “Approva o Regimento Interno da Escola Normal da Capital”, art. 5 e 12, Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1907.

que margeiam esse processo, tais como a *hygiene*, a *música*, o *canto*, os *trabalhos manuais*, a *caligrafia*, entre outras.

Percebe-se, também, um conjunto de práticas e rituais da e na escola, que contribuem para uma pedagogia sobre o corpo – no âmbito da sexualidade, dos sentidos, das representações sobre este³⁵.

Ainda, um outro eixo da investigação, tão importante quanto as prescrições e as práticas, são os sujeitos que habitam essa história: professores, diretores, inspetores, alunos etc. Aqui vamos destacar, a partir das fontes consultadas, a presença da professora de ginástica Aurelia Olyntho, na Escola Normal Modelo da Capital. Sua trajetória e passagem nessa instituição revelam muito do que pode ter sido a preocupação com a educação do corpo das futuras professoras. Ao tomar posse do cargo de professora de *gymnastica*, Aurélia Olyntho assina o programa dessa cadeira que é introduzida pela primeira vez na instituição, no ano letivo de 1911. Ainda que num primeiro momento possamos pensar que a partir daí tenha se dado a presença regular de aulas específicas desse conteúdo para normalistas, a leitura de outros documentos, da própria trajetória da professora, indicam-nos o longo processo de enraizamento dessa prática.

Parece-nos revelador que, tendo a professora tomado posse de seu cargo, desde 20 de julho de 1910³⁶, a solicitação de afastamento dela, para tratamento de saúde, tenha se dado em muito pouco tempo³⁷. Chamam-nos atenção as justificativas apresentadas tanto pelo diretor da escola à Secretaria do Interior como da própria professora para a concessão

35 Estamos cientes da dificuldade de encontrarmos fontes que, explicitamente, nos digam sobre estas práticas, entretanto, podemos encontrar vestígios disso nas fontes iconográficas, nos relatórios disciplinares, nas memórias etc.

36 Carta do diretor Aurélio Pires enviada à Secretaria do Interior, em 5 de agosto de 1910, comunicando que a professora Aurélia Olyntho está de posse de seu cargo desde 20 de julho de 1910.

37 Carta da professora Aurelia Olyntho enviada ao secretário do interior de Minas Gerais Delphin Moreira, em 24 de setembro de 1910, solicitando o afastamento de seu cargo, para tratamento de saúde, sem o prejuízo de seus honorários. A professora considera que, devido à ausência de um “cômodo” e de um horário determinado para as aulas de ginástica, sua ausência não será problemática.

da licença: a ausência de um “cômodo” e de um horário determinado para as aulas de ginástica. Ou seja, ainda que a Escola Normal Modelo da Capital tivesse uma professora e uma legislação que determinava a obrigatoriedade dessa disciplina, não estava ainda consolidado o tempo e o espaço para tal fim, de forma que era dispensável a presença da professora.

Sobre essa questão, mesmo que alguns documentos indiquem a previsão de um galpão para *gymnastica* e a compra de material didático para essa matéria, desde os primeiros anos de funcionamento da escola, a concretização do ensino da *gymnastica* não se dá imediatamente. Fato este que pode gerar diversos questionamentos: era o ensino da *gymnastica* prioridade para a formação das professoras? Carregava esse ensino práticas consonantes com os valores e costumes da instituição?

O estudo da educação do corpo e das sensibilidades na Escola Normal Modelo da Capital pode trazer importantes contribuições para o estudo do campo educacional de maneira ampla e da formação de professoras de maneira particular, uma vez que as vertentes apontadas até aqui problematizam o espaço escolar, as regulamentações estatais, a influência dos discursos médico-higienistas, os diferentes usos desse espaço relacionados às questões sociais e de gênero, os saberes instituídos, as práticas permitidas, a experiência dos sujeitos, entre outros. Pensar sobre as expectativas da sociedade em relação à escola, materializadas e explicitadas nas disciplinas escolares, também permite problematizar as finalidades das políticas educacionais e os programas de ensino elaborados em cada época e que, por isso, fazem parte dos processos de constituição e de mudanças históricas dessa instituição.

Referências

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 1, 1990.

_____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, v. 2, 1993.

FARIA FILHO, L. M. *Dos Pardieiros aos Palácios: forma e cultura escolares em Belo Horizonte (1906/1918)*. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Cultura e prática escolares: escrita, aluno e corporeidade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 103, p. 136-149, mar. 1998.

_____. Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em história. In: XAVIER, L. N.; CARVALHO, M. M. C.; MENDONÇA, A. W.; CUNHA, J. L. (Org.). *Escola, culturas e saberes*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 29-37.

FONTANA, R. A. Cação. O corpo aprendiz. In: CARVALHO, Y. M.; RUBIO, K. (Org.). *Educação física e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 41-52.

GONÇALVES, I. A. *Cultura escolar: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais: (1891-1918)*. Belo Horizonte: Autêntica; FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, 2006.

GOUVEA, M. C. S.; ROSA, W. M. A. Escola Normal em Minas Gerais. In: FARIA FILHO, L. M.; PEIXOTO, A. M. C. (Org.). *Lições de Minas: 70 anos da Secretaria de Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação de Minas Gerais, 2000. p. 15-32.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

JULIÃO, L. *Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Dissertação (Mestrado) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 1992.

MINAS GERAIS. Lei n. 41. 3 ago. 1892.

_____. Decreto n. 11.211. Promulga as Posturas da cidade de Minas. 31 out. 1898.

_____. Lei n. 439. 28 set. 1906.

MORENO, A.; SEGANTINI, V. C. Aparato legal e educação do corpo: prescrição de comportamentos e circulação de ideias – investigação sobre os investimentos

no corpo em Belo Horizonte (1891-1930). In: GOELLNER, S. V.; JAEGER, A. A. (Org.). *Garimpendo memórias: esporte, educação física, lazer e dança*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, 2007. p. 75-88.

_____. Educação do corpo na e pela linguagem da lei: potencialidades da legislação como fonte. *Pensar a Prática*, UFG, v. 11, n. 1, p. 71-81, 2008.

O CINEMA na escola. *Jornal Minas Gerais*, p. 4, 6 de nov. de 1920.

OLIVEIRA, F. C. S. Da meia-luz dos instintos à plena claridade da inteligência: a escolarização da música em Minas Gerais (1920-1930). In: VAGO, T. M.; OLIVEIRA, B. J. (Org.). *Histórias de práticas educativas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 326-352.

SOUSA, E. S. História do ensino da educação física em Belo Horizonte: um estudo de gênero. In: SOUSA, E. S.; VAGO, T. M. (Org.). *Trilhas e partilhas: a educação física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997.

SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

VAGO, T. M. A escolarização da gymnastica nas escolas normais de Minas Gerais. In: FERREIRA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. 1. ed. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos da UFES, v. 2, 1997. p. 33-58.

_____. Estratégias de formação de professores de Gymnastica em Minas Gerais na década de 1920: produzindo o especialista. In: FERREIRA NETO, A. (Org.). *Pesquisa histórica na educação física*. 1. ed. Aracruz: Faculdade de Ciências Humanas de Aracruz e CEFD/UFES, v. 4, 1999. p. 51-78.

_____. *Cultura escolar, cultivo de corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas de corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

VEIGA, C. G. Educação estética para o povo. In: LOPES, E. M. T. L.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 397-422.

VINCENT, G.; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-48, 2001.

Endereço para correspondência:

Andrea Moreno

Rua Cana Verde, n. 4340

Bairro Jaraguá

Belo Horizonte – MG

CEP: 31270-490

E-mail: andreamoreno@ufmg.br

Verona Campos Segantini

E-mail: veronasegantini@yahoo.com.br

Gyna de Ávila Fernandes

E-mail: gyna_avila@yahoo.com.br

Luciano Jorge de Jesus

E-mail: proflucianojj@gmail.com

Recebido em: 5 ago. 2010

Aprovado em: 13 jan. 2011